

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB): PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E DIRETORES DAS REGIÕES BRASILEIRAS

Camila Regina Rostirola
Universidade do Oeste de Santa Catarina
camila.rostirola@unoesc.edu.br

Marilda Pasqual Schneider
Universidade do Oeste de Santa Catarina
marilda.schneider@unoesc.edu.br

Mary Ângela Teixeira Brandalise
Universidade Estadual de Ponta Grossa
marybrandalise@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, com a emergência de um novo modelo internacional de desenvolvimento pautado na transformação produtiva, a educação tem sido alçada à condição de peça fundamental para o desenvolvimento econômico dos países em geral. Desse marco prioritário, que vem conferindo centralidade à educação na agenda política, tem sido recorrente a adoção, pelos governos nacionais, de medidas justificadas pela necessidade de melhorar as condições das aprendizagens dos estudantes, mormente dos da educação básica (Bonamino, 2013; Werle, 2010).

Inseridos no bojo das políticas que apregoam a necessidade de controle da qualidade educacional estão os mecanismos nacionais de avaliação externa em larga escala, apontados como medida necessária de gestão dos sistemas públicos de ensino (Schneider e Nardi, 2014). Neste contexto, o Brasil criou, ainda nos anos de 1990, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) com a finalidade de monitoramento das aprendizagens dos estudantes.

Considerando o exposto, o presente estudo tem por objetivo analisar percepções de professores e diretores de escolas públicas municipais e estaduais sobre o sistema

nacional de avaliação em curso no Brasil. O trabalho faz parte de um estudo mais amplo que tem por finalidade contribuir para o aprofundamento do debate sobre a associação empírica entre políticas públicas de avaliação educacional e dispositivos de *accountability*, por meio da análise dos arranjos produzidos na configuração de modelos de avaliação da educação básica e repercussões na escola pública do Brasil, Chile, Colômbia e México.

No trabalho em tela, exploramos resultados parciais colhidos em duas escolas públicas de estados federativos das cinco regiões brasileiras, os quais foram analisados e agrupados em duas dimensões: *Sistema nacional de avaliação educacional e Proposições para melhor o Sistema Nacional de Avaliação*. Para identificação dos respondentes foi definido os seguintes códigos: P1 – Professor de língua portuguesa; P2 – Professor de matemática; D1 – Diretor da escola 1; D2 – Diretor da escola 2; PA, CE, MS, MG e PR - Estado de origem do respondente.

PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E DIRETORES SOBRE O SAEB

Na análise da dimensão *Sistema nacional de avaliação educacional*, os entrevistados destacam dois aspectos: importância e finalidades. No tocante ao primeiro aspecto, realçam a importância da realização de avaliações nacionais externas enquanto instrumento para a elaboração, o apoio e a consolidação de políticas públicas educacionais (P2CE; D1PA; D1MG; P2MG). No segundo, é destacada a utilização dos resultados das avaliações na realização de diagnósticos e no monitoramento das aprendizagens dos estudantes (P1PA; P1MG; P2MG; D1CE; D2CE). Ainda, no planejamento e na comparação entre escolas e países (D2CE; P2PR).

Constatada sua importância e finalidades, os entrevistados chamam atenção para aspectos negativos do Saeb. Entre eles, notabiliza-se o distanciamento entre os conteúdos avaliados nos exames e a realidade das escolas bem como o caráter excludente das avaliações. Para D1PR, os exames avaliam os estudantes “[...] por baixo”. Em outra direção, P1MG aponta que “as avaliações externas funcionam como uma indicação para punir os estudantes com defasagem de aprendizagem ou classificá-los conforme seu desempenho”. Esta afirmação sugere estar ocorrendo uma *caça às bruxas* em decorrência dos resultados obtidos nas avaliações externas em larga escala. Induz a pensar que escolas

e ou redes de ensino estariam a buscar *culpados* pelos resultados desfavoráveis obtidos, considerando os grupos de estudantes que realizaram os exames.

Apesar de pouco explorada por pesquisadores críticos das políticas de avaliação educacional, esta é uma hipótese a ser considerada. Conquanto não haja identificação dos estudantes nos formulários de avaliações – ao menos na do Saeb - não é tarefa difícil identificar os grupos de estudantes que realizaram os exames. As ações que poderiam decorrer desta identificação merecem ser investigadas a partir de cada realidade.

Ainda no tocante aos aspectos negativos, sobressai o posicionamento de diretores e professores entrevistados no estado do Ceará que, provavelmente inspirados no modelo de avaliação realizado pelo estado, denunciam a prevalência de uma avaliação com foco nos resultados e no ranqueamento das escolas. O tom de denúncia é reforçado por sujeitos entrevistados nos demais estados, como do diretor paraense, que destaca o caráter excludente dessas avaliações.

Realçados os pontos de vista sobre o Saeb, cabe uma reflexão acerca da segunda dimensão *Proposições para melhor o Sistema Nacional de Avaliação*. Sobre ela, as proposições giram em torno da necessidade de se considerar outros instrumentos de avaliação das aprendizagens dos estudantes, que possam levar em conta "a diversidade e as divergências entre os estados brasileiros, principalmente quanto ao acesso à educação" (P2MG). Os respondentes da Região Norte do país fazem coro a esta proposição, reiterando a necessidade de os exames nacionais levar em conta as especificidades regionais.

Na esteira destas proposições, é realçada a necessidade de uma revisão do Saeb considerando-se as mudanças curriculares realizadas a partir da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme destacado por D1MG: "Com a implantação da BNCC e, por conseguinte, a mudança dos currículos, torna-se urgente a atualização de revisão do Saeb, de forma que ele possa se basear em competências e no desenvolvimento integral do aluno". Este diretor chama atenção, ainda, para a necessidade de os resultados dos exames chegarem mais rapidamente às escolas a fim de, em tempo hábil, poder-se desencadear ações para a melhoria do processo educativo.

Outras proposições de natureza técnica são também apontadas pelos entrevistados. Entre elas, destacamos: a redução do número de questões que compõem o exame; a complexidade e a extensão das questões (questões muito longas e de difícil interpretação

pelos alunos); aplicação do questionário socioeconômico em momento distinto da data dos exames a fim de evitar-se a dispersão dos estudantes e tornar o processo mais ágil e menos extenuante; melhorar a relação entre avaliação interna e externa.

Os professores de Matemática de Minas Gerais e do Ceará enfatizam a necessidade de ampliar-se o debate sobre o tema, proporcionando formação adequada aos profissionais da educação. Segundo realça P2CE, é necessário “valorizar os profissionais da educação e proporcionar ao professor o aprofundamento de sua formação em níveis mais elevados. Ouvir mais o professor”.

Como é possível depreender, os posicionamentos dos entrevistados ancoram-se predominantemente nas experiências vivenciadas em seus respectivos estados e nos usos dos resultados destas avaliações no contexto das redes de ensino. Os pontos de vista enunciados indicam um tendente acolhimento aos exames nacionais, não obstante as reservas acerca do lugar que eles ocupam nos processos educativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorridos mais de trinta anos desde a realização da primeira experiência de avaliação externa em larga escala, no Brasil, os profissionais que atuam nas escolas e redes de ensino já estão familiarizados com o processo de aplicação dos exames, sendo capazes de apontar finalidades e aprimoramentos necessários ao Saeb. Parece terem sido mitigados os julgamentos contrários à realização de acompanhamento permanente das aprendizagens e do desenvolvimento dos estudantes e abrandadas algumas críticas radicais ao Sistema Nacional de Avaliação. Inobstante, persiste a necessidade de aperfeiçoamento dos profissionais da educação e gestores educacionais a fim de aprofundar o debate quanto às finalidades das avaliações e os usos dos seus resultados por parte de redes de ensino e escolas de educação básica.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. Avaliação Educacional no Brasil 25 anos depois: onde estamos? In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete Angelina (org.). **Vinte**

e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: Implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. v. 2. Florianópolis: Insular, 2013. p. 43-60.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. O IDEB e a construção de um modelo de accountability na educação básica brasileira. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 27, n. 1, p. 7-28, 2014.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Sistema de avaliação da Educação Básica no Brasil: abordagem por níveis de segmentação. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). **Avaliação em larga escala: foco na escola**. Brasília: Liber Livro, 2010. p. 21-36.